EFEITOS SECUNDÁRIOS DOS DESCOBRIMENTOS

Resultados sócio-económicos da introdução em Portugal de algumas das novas culturas

MARIA DO ROSÁRIO CASTIÇO DE CAMPOS *

Estando a decorrer as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, oportuno será realçar os seus efeitos secundários e, muito especialmente, os ligados ao campo alimentar, uma vez que, repercutidos ao longo dos séculos tiveram uma influência sócio-económica não só de maior duração, mas, fundamentalmente, de maior disseminação dos que ocorreram com os "ciclos da pimenta e do ouro", razão por que, já se fala hoje, no "ciclo do milho".

A utilização do método experimental através do transplante das novas plantas encontradas, a sua transposição para outros Continentes e, muito especialmente, para o Velho Mundo, não terão tido, com certeza, na sua origem o objectivo de lucro fácil que alguns detractores da nossa História pretendem atribuir aos Descobrimientos em geral.

Quando transportaram a bananeira da África Oriental para a Ocidental, e para o Brasil; o cajueiro do Brasil para a Índia; a laranjeira doce do Oriente para a Europa e Américas; a mandioca do Brasil para a África; o coqueiro da Polinésia para o Brasil e África, não era de certo, o espírito de lucro que mobilizava tais iniciativas.

Os homens de quinhentos e de seiscentos não imaginariam com certe-

za que, volvidos quase quinhentos anos, alguns desses produtos viessem a ser suportes de economias de diversas regiões. Lembramos tão só, o valor económico da castanha de cajú para a Índia, da laranja para o Sul de Espanha, Norte de África e Califórnia e ainda o inestimável valor económico do coco e da mandioca em toda a África.

Este sentido de descobrir e de aproveitar tudo quanto de válido parecia existir, alterou profundamente a maneira de ser e de estar da população da Europa a partir do século XVII.

O tomate, o pimento doce, a abóbora, o feijão, o milho grosso foram, entre outros, alguns dos produtos trazidos da América para o Velho Mundo pelos Portugueses e Espanhóis.

A introdução em Portugal das culturas do milho grosso e do feijão no século XVI e a sua divulgação e expansão ao longo dos séculos XVII e XVIII, foram causa de uma verdadeira revolução agrária.

No estudo que fizemos numa freguesia do Concelho da Lousã - Foz de Arouce ⁽¹⁾ - constatámos o impacto sócio-económico que as referidas culturas produziram, naquela região, no século XVIII.

* Docente da ESE de Beja

Concluimos então, que a divulgação do milho grosso e do feijão na referida freguesia, levou a uma alteração profunda da maneira de viver das gentes daquela localidade.

Do milho tudo se aproveitava. O canucho ou canoilo, depois de passar um Inverno nos pátios e de devidamente curtido, era então devolvido à terra sob a forma de estrume; o casulo ou caroulo era utilizado para atear a fogueira; o alvéolo do grão, conhecido pelo nome de "moínha", servia para encher almofadas e travesseiros; as capas mais finas da maçaroca, o folhelho, depois de abertas e desfiadas substituíram a palha ceiteia no enchimento de colchões e enxergões passando também a servir para ajustar as rolhas nas pipas, sendo as restantes, assim como as folhas e as bandeiras, utilizadas na alimentação do gado ruminante; a parte nobre, o grão propriamente dito, depois de farinado era utilizado pelo homem na sua alimentação e ainda, no seu estado primitivo, consumido pelos diferentes animais domésticos.

Se a este aproveitamento total juntarmos os benefícios provenientes do ciclo vegetativo do milho, 100 a 120 dias, tornando possível, não só, a cultura no mesmo terreno de cereais de Inverno mas ainda do nabo e de ervas de corte, do azevém à cevada, e se nos lembrarmos também que o milho passou a ser cultivado em terrenos que, pelo seu grau de humidade, não permitiam a sementeira de outros cereais, bem podemos compreender a designação de "plante miraculeuse" (2) dada ao milho grosso por Fernand Braudel.

Associada à cultura do milho estava a cultura da abóbora, igualmente introduzida em Portugal em função dos Descobrimentos. Semeada em covas dentro do milho, após a sementeira deste, a abóbora tornou-se um importante alimento indirecto das populações.

Por sua vez o feijão, introduzido na mesma época, cultivado em consociação ou não com o milho, passou a contribuir também para o enriquecimen-

to da, até aí, paupérrima alimentação dos povos, uma vez que lhes concedeu as proteínas e o ferro de que eram carenciados.

Verificámos, pelo estudo que fizemos, que a produção de milho em terras de regadio era, em média, de 264,5 alqueires/hectare, enquanto a média do trigo era de 64 alqueires/hectare e a do centeio de 61,5 alqueires/hectare, o que, de imediato, proporcionou um aumento de cereal disponível.

Constatámos ainda, ter havido na freguesia de Foz de Arouce uma representativa alteração no número de animais, nomeadamente: pequenos e grandes ruminantes em consequência da maior quantidade de forragem proporcionada pelas pastagens dos terrenos desocupados no Outono e Inverno e pelo aproveitamento do desbaste da bandeira e das palhas do milho; porcos de curral, pela utilização da abóbora, da farinha e do farelo do milho e, por último, aves de capoeira, em função das migadas de couve, farelo e grão do milho.

Se nos lembrarmos também da componente feijão e do seu respectivo valor alimentar, facilmente compreendemos o aumento quantitativo e qualitativo do alimento disponível, factor determinante da expansão demográfica ocorrida na referida freguesia na 2ª metade do século XVIII: de 183 fogos (668 pessoas), existentes em 1758, passaram a existir 258 fogos em 1798.

Sendo no período e zona estudada a produtividade média do milho 4,13 vezes superior à do trigo, fácil é apercebermo-nos como a cultura do milho terá multiplicado o rendimento dos utentes da terra, muito especialmente, o dos proprietários. Ela veio permitir, de forma significativa um aumento de riqueza, riqueza que consideramos estar na origem do surto de construção de casas apalaçadas de fachada setecentista que, ainda hoje, encontramos em Foz de Arouce e, muito especialmente, na vila da Lousã, uma vez que os seus donos não possuíam outra fonte de rendimento senão os da terra que detinham.

Não sabemos mesmo se a Norte do Mondego, o engrandecimento que os proprietários deram às fachadas e acrescentos das suas antigas residências e a opulência com que construíram as novas, não terão a mesma justificação, uma vez que, parece duvidoso, explicar tal facto, exclusivamente, com o ouro do Brasil ou com as repercussões do tratado de Methwen no Grande Porto e ainda porque a produção do milho grosso se difundiu em larga escala, no Noroeste do País, ao longo dos séculos XVII e XVIII.

No Alentejo, o surto de construção de casas neste mesmo período, não terá idêntica origem já que, sendo zona de grande sequeiro, a cultura do milho não se expandiu na região de modo idêntico ao verificado no Norte e Centro do País.⁽³⁾

Na Lousã, é bem perceptível, como constatámos, a ligação das construções do século XVIII ao aumento, diríamos quase providencial, do rendimento dos seus donos já que, a esse rendimento não correspondeu, de imediato, um aumento de despesas. Este veio a verificar-se mais tarde com o custo do recheio das referidas casas e despesas derivadas da sua manutenção, bem como pelo inevitável aparato de vida dos seus proprietários em consonância com o aspecto das suas residências. Ficámos com a ideia de que o tamanho das casas era, ordinariamente, superior ao tamanho e grandeza da fortuna em bens de raiz dos seus edificadores, situação esta, não fora do comum, já que esse gosto pelo luxo, pela pompa é, como afirma Jorge Dias, "uma constante da nossa cultura"⁽⁴⁾.

De referir ainda que, dada a indispensável mão-de-obra à edificação das referidas casas, se verificou o desenvolvimento da arte de canteiro, uma vez que, de um modo geral, todas elas têm, nesta época, cantarias trabalhadas.

Se ligarmos ainda este movimento de edificação à criação de postos de trabalho em escala inestimável resultantes da reconversão do sequeiro em regadio, e também às obras de enge-

nharia agrícola indispensáveis às culturas do milho e do feijão, temos naturalmente que dizer e reforçar a ideia de que o milho trouxe, indirectamente, às populações rurais, benefícios, até então, não experimentados⁽⁵⁾.

Queremos ainda salientar o peso que os Descobrimentos tiveram na modificação dos hábitos alimentares do Velho Mundo.

Para além da batata, alimento hoje universal, não queremos deixar de salientar a importância que continuam a ter, por exemplo, o tomate e o pimento doce na gastronomia Alentejana. Se o primeiro, de valor económico apreciável na zona, é característico de pratos vários como, é o caso do gaspacho, o segundo, mantém-se um produto indispensável na confecção dos magníficos enchidos da região.

Concluimos o trabalho a que a que nos temos vindo a referir, afirmando: "se outras razões de valor indiscutível não houvesse, quase nos atreveríamos a afirmar que a grande Epopeia dos Descobrimentos teria razão de ser ainda que só atendêssemos ao facto de com ela terem sido introduzidas na Europa as culturas do milho, feijão e batata, mal se compreendendo hoje como era possível sobreviver sem essas culturas"⁽⁶⁾.

Não pretendemos nesta sucinta exposição fazer uma análise circunstanciada dos 'Efeitos Secundários dos Descobrimentos' pela vastidão da matéria a analisar.

No entanto, não queremos deixar de referenciar que também aos Descobrimentos foi devido a divulgação do bacalhau. Pescado pelos portugueses na Terra Nova, desde os finais do século XV, salgado pelos nossos marinheiros, exímios nessa operação, o seu consumo em Portugal era de tal ordem que, nos finais do século XVIII, Ruders em viagem a Portugal afirma: "Não se pode imaginar a espantosa quantidade de navios ingleses que só para as necessidades de Lisboa, se ocupam, anualmente, com o comércio deste artigo..." .

NOTAS

(1) **Maria do Rosário Castiço de Campos**, Foz de Arouce no século XVIII, Economia Agrária e Reconversão Agrícola, B.M.L./C.M.L., Lousã, 1989.

(2) **Fernand Braudel**, *Civilization Matérielle et Capitalisme XV^e XVIII^e siècle*, Paris, 1989, Tomo I, p.133.

(3) Num manuscrito, de autor anónimo, datado de cerca de 1775, afirma-se, conforme nos transmite Albert Sibert: « Il y a très peu d'années, dans certains régions de l'Alentejo, a commencé a se répandre l'habitude de semer du maïs. Depuis de nombreux siècles, cette province était dépourvue de cette ressource qui est sans contredit d'un grand secours aux pauvres travailleurs lorsque le blé et le seigle manquent. Jusqu'à présent l'ignorance de nos ancêtres faisait que seuls les jardiniers osaient semer du maïs pour nourrir leur bétail», in « Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime XVIII^e - début du XIX^e siècle, volume II, Paris, 1978, p.511.

(4) **Jorge Dias**, O essencial sobre os elementos fundamentais da cultura portuguesa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985, p. 32.

(5) Saliente-se que o milho grosso teve também grande impacto no Continente Africano. De salientar que em S. Tomé, onde foi introduzido no século XVI, contribuiu para resolver, em parte, o abastecimento da população do arquipélago ameaçada por fomes contínuas.

(6) **Maria do Rosário Castiço de Campos**, op cit, p. 152.

BIBLIOGRAFIA

CALDAS, Eugénio de Castro, "Os descobrimentos portugueses e a 'revolução agrária' mundial", in *Revista Arunce*, nº 1, 1989.

CAMPOS, Maria do Rosário Castiço de, *Foz de Arouce no século XVIII - Economia Agrária e Reconversão Agrícola*, B.M.L./C.M.L., Lousã, 1989.*

BRAUDEL, Fernand, *Civilisation Matérielle, Economie et Capitalisme, XV^e - XVIII^e siècle*, Tomo I, Paris, 1979.

RUDERS, Carl Israel, *Viagem em Portugal: 1798-1802*, Lisboa, 1981.

SILBERT, Albert, *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime - XVIII^e et début du XIX^e siècle*, Vols. I, II, III, Lisboa, 1978.

* Remetemos os leitores para a Bibliografia incluída nesta obra da nossa autoria.